

Notificação de Citação ao Réu

Processo: 2023/0456 – Burla Informática por Phishing – Transferências Fraudulentas de €32 000

Tribunal: Tribunal Judicial de Lisboa – Juízo de Instrução Criminal n.º 4

Juiz: Juiz de Instrução Criminal n.º 4 – Dr. Carlos Mendes

Data: 22 de fevereiro de 2026

1. Identificação das partes

Parte	Nome	NIF	Morada
Autor / Ministério Público	Ministério Público – Secção de Instrução Criminal	507 123 456	Av. da República, 45 – 1050-157 Lisboa
Réu	João da Silva	123 456 789	Rua da Palma, 12 – 1150-150 Lisboa
Mandatário do Réu	Dr. Ana Pereira – OAB 12345	987 654 321	Av. da Liberdade, 220 – 1250-147 Lisboa
Mandatário do Ministério Público	Dr. Marta Santos – OAB 54321	876 543 210	Rua de São Bento, 78 – 1200-123 Lisboa

2. Fundamentação legal

Conforme disposto no **artigo 265.º do Código de Processo Civil (CPC)**, a presente notificação tem por objetivo citar o réu para comparecer perante o Juízo de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa, a fim de apresentar a sua defesa escrita nos termos do **artigo 269.º do CPC**, bem como exercer os demais direitos reconhecidos na fase de instrução penal (artigos 209.º a 219.º do Código Penal, aplicáveis ao delito de burla informática – art. 217.º CP).

3. Enquadramento factual

- Entre os dias **10 e 25 de março de 2023**, o réu João da Silva, residente em Lisboa, teria, por meio de técnicas de *phishing*, induzido vítimas a efetuar transferências bancárias fraudulentas, totalizando o montante de **€32 000**.
- Tais factos configuram, em tese, o crime de **burla informática**, previsto no **artigo 217.º do Código Penal**.
- O Ministério Público, representado pela Procuradora Dr.^a Marta Santos, ofereceu denúncia contra o réu, sendo o processo regularmente distribuído sob o número **2023/0456**.

4. Convocação para comparecimento

Fica o réu, **João da Silva**, citado para comparecer perante o Juízo de Instrução Criminal n.º 4 do Tribunal Judicial de Lisboa, localizado na **Av. da República, 45 – 1050-157 Lisboa**, no prazo de 20 (vinte) dias úteis** a contar da data da presente notificação, para apresentar a sua defesa escrita, nos termos do artigo 269.º do CPC.**

4.1. Prazo e forma de apresentação da defesa

Prazo	Meio de apresentação	Observações
20 dias úteis a contar da data de receção da notificação	Escrita , em papel ou eletronicamente através do portal “e-Processo” do Ministério da Justiça, com assinatura digital reconhecida ou em papel com assinatura reconhecida em cartório.	A defesa deverá conter a exposição dos factos, fundamentos de direito, e, se for o caso, documentos que a sustentem.

4.2. Consequências da inércia Nos termos do **artigo 274.º do CPC**, a falta de apresentação da defesa escrita no prazo legal implicará a **presunção de veracidade dos factos alegados pelo Ministério Público**, bem como a possibilidade de julgamento à revelia, nos termos do **artigo 267.º do CPC**.

5. Diligências e provas a produzir

O Ministério Público requer a prática das seguintes diligências, que permanecerão em aberto até à apresentação da defesa:

1. **Peritagem informática** – Análise forense dos dispositivos eletrónicos do réu e dos registos de acesso às contas bancárias das vítimas.
2. **Oitiva de testemunhas** – Depoimentos de representantes das instituições bancárias envolvidas nas transferências fraudulentas.
3. **Requisição de documentos** – Extratos bancários, registos de e-mails e mensagens eletrónicas, bem como logs de servidores de correio eletrónico.

A defesa tem o direito de requerer, nos termos do artigo 260.º do CPC, a prática de diligências suplementares ou a impugnação das já propostas.

6. Endereçamento da defesa

A defesa escrita deverá ser dirigida a:

Juiz de Instrução Criminal n.º 4

Tribunal Judicial de Lisboa

Av. da República, 45 – 1050-157 Lisboa

e, simultaneamente, enviada por via postal certificada ao **Mandatário do Réu**, Dr.^a Ana Pereira, OAB 12345, com o endereço indicado na tabela da Secção 1.

7. Aviso de recebimento

A presente notificação será enviada **por correio certificado com aviso de receção (AR)** ao domicílio do réu, bem como **por via eletrónica** ao endereço de e-mail registado no processo (joaosilva@email.pt). O comprovativo de entrega constituirá prova válida de citação, nos termos do artigo 261.º do CPC.

8. Disposições finais

1. O réu tem o direito de ser assistido por advogado, bem como de ser informado de todas as diligências que lhe sejam dirigidas.
2. Qualquer pedido de adiamento ou de suspensão do processo deverá ser apresentado, fundamentado, ao Juiz de Instrução Criminal n.º 4, nos termos do artigo 263.º do CPC.
3. O não cumprimento dos prazos estabelecidos poderá acarretar a aplicação de sanções processuais, inclusive a imposição de multa coercitiva, nos termos do artigo 275.º do CPC.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

Assinatura eletrónica

Dr. Marta Santos

Procuradora do Ministério Público
OAB 54321

Esta notificação constitui documento oficial do processo penal n.º 2023/0456, devendo ser cumprida integralmente por quem a recebeu.